Processo n.º 214/2009

(Recurso Penal)

Data: 11/Junho/2009

Recorrente: A

Objecto do Recurso: Despacho que indeferiu o pedido
de Liberdade Condicional

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

Vem o recorrente A interpor recurso do despacho proferido pelo juiz do Juízo de Instrução Criminal do Tribunal Judicial de Base da RAEM que lhe denegou a liberdade condicional, concluindo nos seguintes termos:

In casu, o recorrente foi condenado na pena de 1 ano e 8 meses de prisão efectiva pelas condutas ilícitas por si praticadas. Para o recorrente, a punição que lhe foi imposta já alcançou os efeitos da prevenção geral e da prevenção especial. Já que os factos ilícitos praticados pelo recorrente já são o passado, a vida na prisão e o arrependimento sincero do recorrente preenchem os pressupostos previstos no artigo 56.º alínea a) do Código Penal.

A libertação do recorrente neste momento não só pode dar encorajamento ao recorrente, como também leva-o a compreender as finalidades verdadeiras da punição e a eficácia do regime de liberdade condicional e aperceber-se da caridade dada pela punição. Através da liberdade condicional, pode o recorrente recomeçar antecipadamente a nova vida com seus familiares e esforçar-se para retribuir à sociedade. Esta possibilidade de emendar-se

para começar uma nova vida do recorrente não pode ser excluída injustamente.

Durante a reclusão, o recorrente já fez uma profunda introspecção e arrependeu-se, nunca mais prejudicará a ordem jurídica e a paz social, além disso, cremos profundamente que o governo tem recursos humanos suficientes para garantir a paz e a prosperidade que venham a ser trazidas pela acelerada evolução da sociedade no futuro.

Já que os bens jurídicos foram violados, o pedido de liberdade condicional do recorrente deve ser ponderado num ponto de vista de perspectiva.

No âmbito da prevenção especial, a vida na prisão leva o recorrente a compreender a importância de assumir responsabilidades e leva-o a arrepender-se sinceramente e corrigir-se para começar uma nova vida.

As estimulações e os apoios dados pelos familiares ao recorrente satisfazem exactamente a nossa política criminal, correspondendo à finalidade final desta, isto é, a reintegração na sociedade do recorrente.

Após a libertação, o recorrente irá regressar à sua terra natal e irá viver com os familiares, bem como será contratado por um seu amigo da sua terra natal para gerir uma empresa de aquacultura. Os apoios dos familiares e amigos são o reconhecimento da nossa política prisional.

Já que os familiares e amigos do recorrente ajudam o recorrente e a sociedade aceita-o, está também preenchida a exigência de não voltar a cometer crimes prevista no artigo 43.º do Código Penal.

O juiz do Tribunal Judicial de Base proferiu a decisão sem considerar plenamente os dispostos nos artigos 40.º, 43.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 56.º e 58.º do Código Penal de Macau.

Pelo acima exposto requer seja admitido o recurso, revogada a decisão

proferida pelo tribunal nos termos dos dispostos no Código de Processo Penal de Macau e concedida a liberdade condicional ao recorrente.

Responde o Digno Magistrado do MP, em conclusão:

- O preenchimento do pressuposto previsto no artigo 56.º n.º 1 alínea a) do Código Penal ainda não é suficiente para conceder liberdade condicional a recluso.

- O despacho recorrido não violou o disposto no artigo 56.º n.º 1 do Código Penal.

Donde dever ser julgado improcedente o recurso interposto pelo recorrente

O **Exmo Senhor procurador Adjunto** emite o seguinte douto parecer:

Não assiste, a nosso ver, razão ao recorrente.

Vejamos.

Conforme tem decidido este Tribunal, na esteira do preceituado no art. 56º do C. Penal, a liberdade condicional é uma medida a conceder caso a caso, “dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinsserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação a defesa da ordem jurídica e da paz social” (cfr., por todos, ac. de 12-6-2003, proc. n.º 116/2003).

E, no caso presente, não se verifica, desde logo, o pressuposto referido na al. a) do n.º 1 do citado normativo.

Não é possível, realmente, formular um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade.

Isso mesmo se sublinha, aliás, no douto despacho recorrido - com base, naturalmente, nos elementos constantes dos autos.

É certo que, em sede de comportamento prisional, o mesmo mereceu a avaliação global de "Bom" (tendo ainda, como recluso, a classificação de "Confiança").

Mas isso, na verdade, não basta.

*O que importa, como é sabido, no âmbito em apreço, é o "**comportamento prisional na sua evolução, como índice de (re)socialização...**" (cfr. Figueiredo Dias, *Direito Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime*, pgs. 538 e segs.).*

Mostrando-se inverificado o pressuposto em apreço, naufraga, inelutavelmente, a pretensão do recorrente.

Deve, pelo exposto, ser negado provimento ao recurso.

Foram colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Com pertinência, resulta dos autos a factualidade seguinte:

Com o consentimento do recluso Lei Qingchun (id. a fls 5 dos autos) e ao abrigo do disposto no artigo 467.º do Código de Processo Penal de Macau, foi iniciado e instruído o presente processo de liberdade condicional, no intuito de proceder ao julgamento.

O Ministério Público opôs-se ao presente pedido da liberdade condicional (cfr. fls. 59 e v).

No âmbito do processo sumário n.º CR3-02-0013-PSM, do 3.º Juízo Criminal, o recluso Lei Qingchun foi condenado, na pena de 8 meses de prisão, suspendendo a sua execução pelo período de 2 anos pela prática do crime de imigração ilegal e do crime de uso de documento alheio; e durante o período de suspensão da execução da pena, o recluso foi condenado, no âmbito do processo comum colectivo n.º CR3-01-0113-PCC, do 3.º Juízo Criminal, na pena de 1 ano de prisão pela prática do crime de uso de documento falsificado, do crime de falsas declarações sobre a identidade e do crime de imigração ilegal, razão pela qual, foi revogada a suspensão da execução da pena imposta no processo n.º CR3-02-0013-PSM, devendo o recluso cumprir a pena global de 1 ano e 8 meses de prisão.

Em 8 de Fevereiro de 2009, o recluso já cumpriu a pena necessária à concessão da liberdade condicional.

Segundo os dados constantes dos autos, o recluso é residente do interior da China, sendo a primeira vez que cumpre a pena de prisão. Durante o cumprimento da pena de prisão, o recluso foi visitado pelos seus familiares e amigos, nomeadamente a sua filha que trabalha em Macau como trabalhadora não residente foi sempre à prisão para o visitar, dando-lhe apoio. O recluso mantém uma boa e íntima relação com os familiares. O recluso pretende

regressar ao interior da China e viver com os familiares após a sua libertação, contudo, ainda não arranjou o trabalho após a sua libertação.

Durante o período de cumprimento da pena de prisão, apesar de o recluso não violar nenhuma disciplina prisional, o seu comportamento prisional é normal, ficando ocioso, tal atitude só melhorou depois de o recluso começar a trabalhar na prisão em 6 de Setembro de 2008.

III – FUNDAMENTOS

1. O que importa analisar é se o despacho que recusou a liberdade condicional do recorrente viola ou não o artigo 56º, n.º 1 do Código Penal que prevê os requisitos materiais para a liberdade condicional e, assim, se se verificam todos os requisitos para que o recorrente possa beneficiar da liberdade condicional.

2. Estabelece o artigo 56º do C. Penal:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

a) For fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e

b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz

social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado.”

Se no caso vertente se observam os requisitos formais, já quanto àqueles pressupostos de natureza substantiva, a carecerem de integração pelo julgador, por corresponderem a conceitos em branco ou em aberto, não se pode dizer que os mesmos se verifiquem.

Na verdade, a concessão da liberdade condicional do arguido condenado e em execução de pena de prisão pressupõe a verificação de um juízo de prognose favorável à aplicação daquela benesse em termos de prevenção geral e especial, importando ponderar, por um lado, a fundada esperança de que o condenado conduzirá, em liberdade, a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, por outro, importando ponderar a compatibilidade entre a libertação antecipada do condenado e a defesa da ordem jurídica e a paz social.

1. O despacho recorrido é bem claro na justificação de tal denegação:

“Durante o período de cumprimento da pena de prisão, apesar de o recluso não violar nenhuma disciplina prisional, o seu comportamento prisional é normal, ficando ociosa, tal atitude só melhorou depois de o recluso começar a trabalhar na prisão em 6 de Setembro de 2008.

Antes do cumprimento da pena de prisão desta vez, o recluso tinha sido

condenado na pena de prisão, com pena suspensa, contudo, o recluso não estimou tal oportunidade de corrigir-se, pelo contrário, voltou a cometer crimes durante o período da suspensão, e em Novembro de 2007, o recluso veio outra vez a Macau, com a intenção de trabalhar ilegalmente em Macau, assim, pode-se ver que não só a capacidade de autodisciplina do recluso é insuficiente e a sua consciência de cumprimento da lei é fraca, como também a decisão proferida pelo tribunal foi desprezada.

A punição visa, por um lado, a intimidação e a prevenção de crime, por outro lado, a educação do próprio condenado, para que conduza a sua vida de modo socialmente responsável, porém, até agora, atendendo às circunstâncias do presente caso, à vida anterior do recluso, à sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, bem como aos pareceres do director do estabelecimento prisional e do Ministério Público, este tribunal ainda não tem a certeza se o recluso, uma vez em liberdade, irá fazer uma pessoa honesta, sem cometer crimes.”

Parte, pois de uma análise comportamental do arguido para concluir que se receia pelo seu comportamento futuro, já que não merecedor de uma oportunidade que lhe foi dada anteriormente.

Importa não esquecer, por outro lado que não basta ter um comportamento regular ou até um bom comportamento prisional. Essa é a conduta exigível a qualquer recluso. Importa, nesse domínio, algo mais. Uma conduta donde se apure uma postura demonstrativa da conformidade com as regras de convivência social e de uma vontade de regeneração.

4. Muito embora os crimes praticados não sejam de um gravidade expressiva em termos da grandeza das penas aplicadas, a forma do seu

cometimento e o desrespeito por uma oportunidade que lhe foi dada não permitem um juízo favorável à sua libertação.

5. A ponderação a fazer deve ser feita em termos também da vertente da prevenção geral, não importando já e tão somente a conduta posterior do condenado, mas uma análise retrospectiva projectada sobre a realidade actual com incidência sobre o devir social, em termos de prognose, a partir da natureza dos crimes, forma de cometimento, o motivo da prática dos crimes, a sua gravidade, as finalidades prosseguidas e todo o circunstancialismo em que os mesmos foram praticados.¹

Não há garantia de se terem perspectivas positivas quanto à sua reinserção social e ao seu modo de vida futura, ou seja, a libertação não se revela compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social, pese embora o apoio que a família lhe dispensa, o peso que esta poderá ter na sua reinserção e as hipóteses de trabalho.

Só que esse factor não tem o peso bastante para se criar um juízo de prognose favorável à libertação, tal como não serviu no passado para afastar o detido da delinquência. Sendo assim, não se preenchem todos os requisitos da concessão da liberdade condicional alegados no art. 56º do Código Penal.

Nesta conformidade, sem necessidade de maiores desenvolvimentos, entende-se que não é fundadamente de esperar que o recluso, uma vez em

¹ - Cfr. Ac. TSI 22/2005, de 3/Março

liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, pelo que se entende que não estão por ora verificados todos os requisitos previstos na lei para conceder a liberdade condicional ao recorrente.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida.

Custas pelo recorrente com taxa de justiça que se fixa em 2 Ucs.

Fixam-se os honorários do Exmo Defensor em MOP1,000.00 a adiantar pelo GABPTUI.

Macau, 11 de Junho de 2009,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong